

Economia

MERCADOS



Bolsa encerra semana em queda com pressão do petróleo

JULIANA MACHADO/AE

Amparado, por um lado, pela alta das ações da Vale, dos bancos e das maiores empresas de utilities e pressionado, por outro, pelo tombo das ações da Petrobras, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) encerrou o dia em leve queda de 0,27%, aos 183.476, 86 pontos.

O giro financeiro das ações do índice foi bastante reduzido no dia (R\$ 15 bilhões), mostrando que os investidores chegam ao fim da semana em compasso de espera pelos avanços nas negociações entre EUA e Irã para reabertura do Estreito de Ormuz.

A queda do petróleo nesta sexta-feira provocou uma baixa de mais de 2% das ações da Petrobras, o que justificou o movimento negativo Bolsa brasileira ao longo do dia. Ao mesmo tempo, como os preços mais baixos da commodity representam potencial redução das pressões inflacionárias no mundo, os investidores

encontram espaço para ajustar posições a favor de ativos de risco, o que explica o avanço mais firmes das bolsas norte-americanas e das demais blue chips da B3.

De todo modo, a cautela no mercado levou o Ibovespa (Índice Bovespa) a acumular perda de 0,95% em cinco pregões, saindo dos 186 mil pontos no começo da semana para a faixa dos 183 mil pontos nesta sexta. No mês, o índice ainda sobe 3,41%.

DÓLAR

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista se firmou em leve baixa na reta final dos negócios e encerrou a sessão desta sexta-feira, em queda de 0,23%, a R\$ 5,1817. O real teve dificuldades no dia em acompanhar a tendência de desvalorização da moeda norte-americana lá fora, diante de certa cautela antes do fim de semana e da sazonalidade ruim no fechamento de trimestre. Na semana, o dólar avançou 1,1%.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Anthropic fecha acordo de US\$ 11,6 bilhões com Akamai por 7 anos

A Anthropic fechou um acordo para contratar serviços de computação em nuvem da Akamai Technologies por sete anos, com desembolsos de pelo menos US\$ 11,6 bilhões, segundo a Akamai. O contrato prevê ainda a possibilidade de ampliação em mais US\$ 9 bilhões, o que elevaria o compromisso total potencial para cerca de US\$ 20 bilhões, informou a empresa na quinta-feira. O novo acordo se soma a mais de US\$ 2,8 bilhões em contratos plurianuais de nuvem anunciados pela Akamai neste ano.

Como parte do acerto, a Akamai concedeu à Anthropic um direito de compra de ações que permite adquirir cerca de 7,7 milhões de ações preferenciais Série B conversíveis e sem direito a voto, o equivalente a aproximadamente 5% do total de ações em circulação (considerando a conver-

são), ao preço de US\$ 111,33 por ação.

Uma parcela desse direito, equivalente a cerca de 2% das ações em circulação da Akamai, passa a valer com o anúncio feito na quinta-feira. Outros 1% seriam liberados a cada US\$ 3 bilhões adicionais em compras de serviços de nuvem que a Anthropic realizar além dos US\$ 11,6 bilhões iniciais.

"A Anthropic está impulsionando a revolução da IA, e estamos entusiasmados por ela ter escolhido as capacidades da Akamai para construir e operar infraestrutura de IA em escala", disse ontem o CEO da Akamai, Tom Leighton.

A Akamai também afirmou que o novo compromisso deve acrescentar cerca de US\$ 1,7 bilhão aos investimentos neste ano, mas não altera sua projeção de receita para o período.

Nota

WEG AMPLIA PROJETO DE FÁBRICA DE SISTEMAS BESS EM ITAJAÍ, COM INVESTIMENTO DE R\$ 330 MI

A Weg informou que ampliou o projeto de sua nova fábrica de sistemas de armazenamento de energia em baterias (BESS), em construção em Itajaí (SC). Segundo comunicado ao mercado divulgado nesta sexta-feira, o investimento total estimado é de R\$ 330 milhões e a capacidade anual projetada é de 4 GWh, com início das operações previsto para o segundo semestre de 2027. A companhia afirmou que o projeto, anunciado em fevereiro, foi atualizado para incorporar maior nível de automação e ganhos de eficiência industrial, o que permitirá ampliar a capacidade produtiva. A Weg também citou a expectativa em torno do primeiro Leilão de Reserva de Capacidade de Armazenamento Nacional, previsto para dezembro de 2026, como parte do contexto de expansão do mercado. No comunicado, a empresa destacou que sistemas BESS têm papel relevante na integração de fontes renováveis, como solar e eólica, ao permitir armazenar energia quando há maior disponibilidade e entregá-la quando necessário, contribuindo para estabilidade e eficiência do sistema elétrico.

FIM DAS APOSTAS

Governo proíbe bets e manda devolver saldo de apostadores

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, EDUARDO LAGUNA E GABRIEL DE SOUZA/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou nesta sexta-feira, o fim do funcionamento das casas de apostas esportivas e jogos online no Brasil, na esteira da medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que proíbe a operação das chamadas bets no País. A MP determina o bloqueio imediato de novos aportes nas contas usadas pelas plataformas para receber recursos de apostadores e estabelece um cronograma para saque e devolução de saldos remanescentes.

"A partir de hoje, não se pode mais colocar dinheiro nos sites de aposta do País", disse Durigan, ao detalhar o desenho operacional para garantir a restituição dos valores depositados em empresas que estavam autorizadas até então. Segundo ele, a orientação do presidente Lula foi assegurar que os apostadores

tenham o dinheiro devolvido. Os sites e aplicativos permanecerão acessíveis apenas para resgate de saldo até 23h59 do dia 5 de outubro.

O ministro fez uma convocação nacional para que usuários que ainda tenham recursos nas plataformas retirem os valores dentro do prazo. De acordo com ele, a partir de 0h do dia 6 de outubro, o governo determinará o bloqueio dos sites, com acionamento das lojas de aplicativos e dos conectores de rede, em articulação com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e com o Comitê Gestor da Internet (CGI).

A medida prevê redirecionamento de informações para orientar os apostadores que não conseguirem sacar até o dia 5, assegurando que continuarão com "todas as garantias" de devolução.

Entre os dias 6 e 7 de outubro, sem a possibilidade de resgate voluntário, as empresas deverão fechar um saldo individualizado por CPF e comunicar os bancos

onde mantêm as contas por onde transitam as apostas. As instituições financeiras, por sua vez, receberão ordem para impedir movimentações nessas contas, exceto para viabilizar o reembolso aos apostadores.

Durigan explicou que as bets terão de repassar aos bancos três informações: o saldo remanescente por apostador, o CPF do titular e a conta bancária de origem do depósito. Com esses dados, a partir de 9 de outubro, as instituições financeiras deverão efetuar o repasse diretamente para a conta originária do apostador, conforme previsto no texto da MP. Havendo dificuldades na devolução, a Caixa Econômica Federal ficará responsável por receber os recursos, com base nas informações de CPF, e intermediar a restituição final.

O ministro destacou que há instrumentos de caução e garantias já consignados pelas empresas, exigidos pela legislação anterior, que poderão ser acionados em caso de descumprimento das obrigações. Esses mecanismos, disse, servem tanto para o pagamento de multas diárias quanto para assegurar o ressarcimento dos valores aos usuários.

Ao justificar a medida, Durigan afirmou que o governo vem atuando desde 2024 para enfrentar o problema das apostas on-line, com intensificação em 2025. Ele citou a derrubada de mais de 70 mil sites em parceria com a Anatel, além de restrições determinadas pelo STF, como a proibição de beneficiários de programas sociais apostarem.

Também mencionou o veto ao mercado coercitivo, chamado por ele de aposta 2.0, e a exclusão de superendividados de mecanismos de aposta. Segundo o ministro, mais de 1,5 milhão de pessoas já se autoexcluíram das plataformas, sendo 60% por razões de saúde mental. Para Durigan, o comprometimento da renda familiar e a escalada de danos associados ao jogo justificaram o fechamento do setor.

Padilha diz que custo social causado por bets é de R\$ 38,8 bilhões por ano

GABRIEL DE SOUSA, EDUARDO LAGUNA E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (**foto**), afirmou nesta sexta-feira, durante o anúncio da proibição da atuação de bets no Brasil, que o custo social causado por danos associados ao jogo online é de R\$ 38,8 bilhões por ano.

"O custo social para o Brasil já é de R\$ 38,8 bilhões anuais pelas apostas eletrônicas", disse Padilha. O ministro detalhou que R\$ 17 bilhões são por mortes adicionais por suicídio, R\$ 10,4 bilhões por perda de qualidade de vida associada à depressão e R\$ 3 bilhões por tratamento médico por depressão.

O ministro da Saúde classificou a proibição das bets como uma "medida corajosa", mas disse que os efeitos na saúde



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

não acabarão de imediato.

Padilha informou que a mortalidade por suicídio aumenta 15 vezes em pessoas que possuem ludopatia, que é o vício em apostas. O ministro disse que isso ocorre devido à dificuldade financeira dos apostadores. Segundo ele, mais de 1,3 milhão de pessoas

solicitaram a autoexclusão das bets proporcionada pelo governo, sendo um terço no período da Copa do Mundo, entre junho e julho.

"São mais de 1,3 milhão de brasileiros que já realizaram autoexclusão. Só durante a Copa do Mundo foi um terço desse número pela profusão de publi-

cidade, mensagens e estímulo", disse o ministro.

Padilha também afirmou que 160 mil pessoas acessaram o autoteste para depressão a partir do serviço digital do Sistema Único de Saúde (SUS). O ministro disse que o SUS foi buscado por essas pessoas e que o governo irá oferecer uma "porta de saída".

"Temos os dados de pessoas que mais apostaram para oferecer acolhimento", declarou o ministro.

O ministro também disse que as mulheres são as que mais procuram os serviços médicos, mesmo não sendo o grupo que mais utiliza as apostas online. "São as que menos apostam, mas são as que mais procuram o nosso teleatendimento, consultas com psiquiatras, psicólogos, além dos serviços essenciais do SUS", declarou.

MEC

Programa Desenrola Fies 2026 renegocia R\$ 7,39 bi em dívidas

WILIAN MIRON/AE

O Ministério da Educação (MEC) informou que o programa Desenrola Fies 2026 contabilizou 138.664 contratos renegociados em todo o País, envolvendo R\$ 7,39 bilhões em dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os dados são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com informações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e consideram a posição em 17 de setembro.

Os acordos resultaram em R\$ 338,6 milhões em pagamentos de entrada. Após a aplicação dos

descontos previstos no programa, o saldo das dívidas renegociadas caiu para R\$ 1,54 bilhão, uma redução de aproximadamente R\$ 5,85 bilhões.

A modalidade com maior número de acordos foi a destinada a contratos com mais de 360 dias de inadimplência e desconto de 77%, com 92.828 renegociações e R\$ 5,19 bilhões em dívidas. Após os abatimentos, o saldo ficou em R\$ 1,19 bilhão.

Entre os estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), foram registrados 28.209 acordos na modalidade com desconto de 92%. O valor

das dívidas renegociadas somou R\$ 1,58 bilhão e, após os descontos, o saldo caiu para R\$ 126,2 milhões. Já a modalidade com desconto de 99%, destinada a inscritos no CadÚnico com contratos em atraso há mais de cinco anos, teve 7.398 renegociações, envolvendo R\$ 394,6 milhões. O saldo foi reduzido para cerca de R\$ 3,9 milhões.

A modalidade para contratos com mais de 90 dias de atraso, com parcelamento e sem desconto sobre o principal, contabilizou 4.233 acordos e R\$ 175,1 milhões em dívidas renegociadas, com saldo posterior de R\$ 171,2 milhões. Outros 5.996 con-

tratos foram renegociados por estudantes adimplentes ou com atraso de até 90 dias, com desconto de 12% para pagamento à vista. Nesse caso, foram envolvidos R\$ 52,5 milhões em dívidas, reduzidos para R\$ 46,3 milhões.

O período de adesão ao Desenrola Fies 2026 começou em 13 de maio e terminou em 31 de agosto. A renegociação contemplou contratos firmados até 2017 que estavam na fase de amortização em 4 de maio de 2026. Os acordos puderam ser realizados por aplicativos e plataformas digitais ou presencialmente nas agências do Banco do Brasil e da Caixa.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

OUTUBRO

Após cinco meses, conta de luz voltará à bandeira verde

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

As contas de luz voltarão em outubro à bandeira verde, sem cobrança de tarifas adicionais, informou nesta sexta-feira a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A bandeira tarifária voltará a vigorar após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos.

Segundo a Aneel, o retorno da bandeira verde se deve ao au-

mento no volume de chuvas, em especial nas regiões Sul e Sudeste, o que estabiliza o armazenamento nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

A agência reguladora explica que, por esse motivo, será possível reduzir o uso de fontes de energia mais caras, como as usinas termelétricas, à base de combustíveis.

Criado em 2015 pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia elétrica. Divididas em cores, as bandeiras indi-

cam quanto está custando para o Sistema Interligado Nacional (SIN) gerar a energia usada nas residências, em estabelecimentos comerciais e nas indústrias.

Portanto, as cores das bandeiras tarifárias são definidas a partir da previsão de variação do custo da energia em cada mês. Quando a conta de luz é calculada pela bandeira verde, não há nenhum acréscimo. Quando são aplicadas as bandeiras vermelha ou amarela, a conta sofre acréscimo a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Conheça os valores das bandeiras tarifárias

- bandeira verde: nenhum acréscimo;
- bandeira amarela: acréscimo de R\$ 1,88 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- bandeira vermelha, no Pata-mar 1: acréscimo de R\$ 4,46 para 100 quilowatt-hora kWh consumidos;
- bandeira vermelha, no Pata-mar 2: acréscimo de R\$ 7,87 para cada 100 quilowatt-hora kWh consumido

ANP

Multas por aumento abusivo de combustíveis passam de R\$ 700 mi

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), responsável pela regulamentação do setor no país, aplicou mais de R\$ 700 milhões em multas a distribuidoras de combustíveis por causa de aumento abusivo de preço, informou o órgão nesta sexta-feira.

As infrações são referentes a dez processos administrativos contra nove distribuidoras. No meio da semana, a ANP já havia anunciado que os cinco primei-

ros julgamentos resultaram em R\$ 200 milhões em multas.

A agência reguladora explicou que as multas são decisões de primeira instância, baseadas em autos de infração anotados por equipes de fiscalização, ou seja, as empresas ainda podem recorrer na própria ANP. No comunicado do órgão, não foram informados os nomes das empresas.

As vistorias da agência foram realizadas durante vigência das medidas provisórias (MP) 1.340/2026 e 1.349/2026, publicadas após a guerra no Oriente Médio, que causou escalada de

preços de combustíveis em todo o mundo.

As duas MPS continham medidas para enfrentar problemas de abastecimento e conter a escalada dos preços nos países. Ambas não estão mais em vigor.

FISCALIZAÇÃO

Esta semana, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, desencadeou uma operação para apurar possíveis aumentos abusivos nas margens de lucro de postos de combustíveis.

A ação foi iniciada depois de

a ANP receber cerca de 330 denúncias de altas indevidas nos preços. A Senacon instaurou 70 processos administrativos sancionadores.

COMO DENUNCIAR

A ANP informou que mantém ações de fiscalização e monitoramento de preços em todo o país. A agência orienta que denúncias sobre aumentos “aparentemente injustificados” ou outras práticas abusivas podem ser feitas pelo telefone 0800 970 0267, site da ANP ou no aplicativo ANP com VC – Postos.

ARTIGO

Durigan defende política fiscal do governo Lula na 'The Economist'

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adotou a "política fiscal correta para o Brasil" e está focado na consolidação das contas públicas, em artigo de opinião assinado na revista The Economist. O titular da Fazenda abriu o texto declarando que, em janeiro de 2023, quando Lula retornou ao poder, "o Brasil estava no abismo" e com "a democracia em risco".

Durigan criticou a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), citando a alta do endividamento das famílias, o crescimento da fome, o desemprego médio de 12% e o manejo da pandemia de Covid-19.

O ministro também afirmou que o País tem combinado níveis historicamente baixos de inflação e desemprego e citou a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e ganhos reais no salário mínimo e na renda média da população.



LULA MARQUES/ABRASIL

Em relação à gestão das contas públicas, Durigan argumentou que os avanços sociais ocorreram em paralelo ao ajuste fiscal, destacando que o déficit primário caiu de pouco mais de 2%

do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 para uma projeção de 0,6% do PIB em 2026.

O titular da Fazenda ressaltou ainda a aprovação do novo arcabouço fiscal em 2023, que

mantve os gastos primários em cerca de 19% do PIB e abriu caminho para superávits futuros na proposta orçamentária de 2027, o que ajudou a "reduzir a pressão sobre a curva de juros dos títulos brasileiros".

O ministro disse que a postura fiscal teve impacto neutro na dívida pública desde 2024, o que garantiu elevações de nota de crédito pelas agências de risco e queda relevante no risco de calote do País.

Além disso, Durigan destacou a articulação com o Congresso Nacional para a aprovação de mais de 80 medidas econômicas e o bloqueio de projetos que aumentariam despesas.

Por fim, o ministro mencionou propostas para incentivar a presença de mulheres no mercado de trabalho, a capacitação profissional voltada para inteligência artificial e a consolidação de leis relativas a data centers, minerais críticos e transição energética, concluindo que o trabalho pela prosperidade do país vem sendo realizado desde 2023.

TST

60% dos empregados da Caixa devem manter agências funcionando

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

Decisão liminar do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Mauricio Godinho Delgado determinou a manutenção do percentual mínimo de 60% dos empregados da Caixa Econômica Federal em serviço, durante greve decretada no dia 10 de setembro.

A medida ocorre após a Caixa Econômica Federal ajuizar dissídio coletivo de greve contra a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), na quinta-feira passada.

No pedido da Caixa ao TST foi solicitada a manutenção de 80% do pessoal em atividade, alegando impacto direto aos serviços essenciais, a exemplo da compensação bancária e do pagamento de benefícios sociais. A empresa também justificou a falta de consenso nas negociações quanto ao novo modelo de custeio do plano Saúde Caixa.

De acordo com o TST, o percentual de 60% é suficiente para a preservação do atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade, sem inviabilizar o exercício constitucional do direito de greve da categoria.

NEGOCIAÇÕES

Por meio de nota, a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE), Luiza Hansen, informou que os trabalhadores já haviam solicitado ao banco a continuidade das negociações, por meio de ofício enviado na terça-feira.

“Acreditamos que a negociação sempre é a melhor forma de se chegar à solução. O ajuizamento nunca é o melhor caminho e pode trazer grandes prejuízos, especialmente na fase de julgamento. Esperamos que ainda haja possibilidade de avançar na conciliação.”

Na decisão liminar, o ministro também garantiu a manutenção do Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência entre setembro de 2024 e agosto de 2026, até a decisão definitiva do caso.

Delgado também negou a proibição de atividades que dificultem o livre acesso às agências, ao destacar que não há indícios de excesso por parte do movimento grevista.

O julgamento do dissídio coletivo pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho está agendado para às 14h30 da próxima terça-feira.

O processo corre sem segredo de justiça, com exceção de documentos para os quais a Caixa solicitou a medida.

COMÉRCIO EXTERNO

Brasil e EUA têm reunião na OMC a dois dias de debate no G20

KARLA SPOTORNO E MATEUS MAIA/AE

Representantes dos governos brasileiro e norte-americano tiveram uma reunião nesta sexta-feira, em Genebra, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde o Brasil quer discutir o tarifaço do governo Trump. Uma série de produtos exportados são sobretaxados em 25% seguindo a legislação norte-americana e outros em mais 12,5% por terem sido classificados como resultantes de trabalho forçado, segundo uma investigação dos Estados Unidos.

Conforme apurou o Grupo Estrado o lado brasileiro não esperava que houvesse qualquer avanço significativo nesse primeiro encontro. Cenário que se concretizou. O prazo para essas conversas é de 60 dias pelo rito procedimental da OMC.

A reunião ocorreu a dois dias do encontro de minis-

tros de comércio do G20 em Milwaukee, no Wisconsin, para onde o ministro de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, viaja na noite de segunda-feira.

A consulta na OMC, entretanto, foi pedida pelo Brasil no fim de julho.

Após o prazo para a solução de controvérsia entre as partes, caso não haja uma decisão satisfatória, o Brasil pode entrar com o pedido de abertura de um painel sobre o caso no órgão.

Após o estabelecimento do painel, há um prazo de 45 dias para nomeação dos árbitros que comporão o painel. O rito estabelece que o painel deverá apresentar seu relatório às partes em aproximadamente 6 meses após sua composição (9 meses em casos mais complexos).

A consulta solicitada pelo Brasil em 27 de julho, conforme trâmites da OMC e aceita em 6 de agosto pelos EUA.

Nota

SENTIMENTO DO CONSUMIDOR NOS EUA CAI A 48,1 EM SETEMBRO

O índice de sentimento do consumidor nos Estados Unidos, calculado pela Universidade de Michigan, recuou de 51,7 em agosto para 48,1 em setembro, segundo a leitura final divulgada pela instituição nesta sexta-feira. Apesar da queda, o resultado ficou acima da previsão de analistas consultados pela FactSet e também da leitura preliminar, ambas de 47,8. A pesquisa mostrou ainda que a expectativa de inflação para os próximos 12 meses subiu de 4,0% em agosto para 4,6% em setembro. Para o horizonte de cinco anos, a expectativa também avançou, de 3,3% para 3,4%. Em ambos os casos, as variações confirmaram os números iniciais.

CONCESSÃO DE LICENÇA

REDE D'OR SAO LUIZ S.A., CNPJ: 06.047.087/0115-05, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento - SMDU, através do processo EIS-PRO-2022/01121.01, a Licença Municipal de Instalação - LMI nº 49/2026 com validade de 48 (quarenta e oito) meses para instalação de atividade de hospital e maternidade na Av. Jaime Silgado, 08, São Conrado, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22.610-050.

SERGIO CALDAS/AE

A Novo Nordisk acertou o pagamento de até US\$ 1,3 bilhão para licenciar e desenvolver a tecnologia de administração de medicamentos da farmacêutica sueca Nanexa. O acordo pode reduzir a frequência com que pacientes precisam aplicar injeções de remédios contra obesidade e diabetes.

Por volta das 8h10 (de Brasília), as ações da Nanexa salta-

vam quase 100% em Estocolmo, enquanto os papéis da Novo - nome que a Novo Nordisk passou a usar recentemente - operavam perto da estabilidade em Copenhague.

A parceria envolve a tecnologia PharmaShell, criada para permitir a liberação controlada e prolongada de princípios ativos por meio de um revestimento ultrafino aplicado a partículas individuais do medicamento.

Pelos termos do contrato exclusivo, anunciado no fim da noite de quinta-feira (24), a Novo licenciou a tecnologia para até cinco programas de desenvolvimento, com diferentes esquemas de dosagem. As empresas miram formatos de administração mensal e trimestral.

A Novo será responsável pelo desenvolvimento e pela comercialização globais. A Nanexa poderá receber um pagamento ini-

cial e, se metas de desenvolvimento, regulatórias e comerciais forem atingidas, valores adicionais que podem totalizar até 1,17 bilhão de euros.

Desse montante, a farmacêutica dinamarquesa pagará 615 milhões de euros em pagamento inicial e em parcelas condicionadas a marcos de desenvolvimento e à aprovação regulatória. Além disso, a Nanexa terá direito a royalties sobre as vendas futuras dos produtos.

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens durante o dia. À noite não chove.

Mãe Loira

Ex-vereadora Veronica Costa é presa por tortur o ex-marido

RAYANDERSON GUERRA/AE

A empresária e ex-vereadora Verônica Costa, conhecida como "Mãe Loira do Funk", foi presa na noite de quinta-feira passada. A juíza Daniele Lima Pires Barbosa, da Décima Sexta Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, determinou a prisão da empresária por torturar o ex-marido, Márcio Costa.

A ordem de prisão ocorreu após o trânsito em julgado da ação penal em que a Verônica responde pelo crime de tortura contra Márcio Costa.

Verônica foi presa em Petrópolis, na Serra Fluminense. Também foram presos Bruno

Chaves Ribeiro, irmão de Verônica, Tatiane Chaves Ribeiro, irmã da empresária; e Bruno Marcelo Bahia Marques, marido de Tatiane e cunhado da funkeira. O padrasto da ex-parlamentar, Sebastião de Oliveira Evangelista, está foragido.

Ao chegar à delegacia, Verônica afirmou que foi "vítima de um erro do Judiciário" e que não é criminosa.

"Não sou nenhuma bandida, nenhuma marginal ou homicida. Aqui tem uma mulher que teve uma arma apontada para a cabeça e que foi vítima de um erro do Judiciário. Eu sempre admirei o Judiciário. Estou triste, sem acreditar no que está acontecendo. Mas aqui não há nenhuma bandida, nenhuma

corrupta. Há uma mulher que trabalhou muito pelo povo e que não merece passar por isso. Isso é maldade", disse à TV Globo.

A Polícia Civil do Rio tentou cumprir o mandado de prisão na casa de Veronica, na Barra da Tijuca, zona sudoeste, na quarta-feira, mas ela não foi encontrada.

Costa afirmou em post nas redes sociais que está aliviado. "Não é comemoração. É alívio. Esperei tempo demais por esse momento. Foram anos carregando em silêncio uma dor que não passa, uma ferida que não se apaga. Hoje, com a palavra final da Justiça, eu não celebro, apenas respiro. Que a verdade permaneça e que a dor de tantos anos não seja em vão", escreveu.

Em 2023, a Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio reformou a sentença de primeira instância - que havia fixado a pena em cinco anos e dez meses de reclusão - e ampliou a sanção para dez anos e oito meses. O colegiado atendeu a recurso do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), fixou o cumprimento inicial em regime fechado e ratificou a perda do mandato.

O procedimento investigatório teve início em fevereiro de 2011. A primeira condenação é de 2019.

Segundo a denúncia do MP e as investigações da Polícia Civil, a vítima foi amarrada, agredida e atingida por substância líquida que causou lesões corporais.

BNDES

Financiamento vai viabilizar a primeira PPP de ônibus elétricos

A Prefeitura do Rio anunciou, na sexta-feira, no Terminal Gentileza, um financiamento de R\$ 329 milhões do BNDES, por meio do Fundo Clima, para viabilizar a primeira parceria público-privada (PPP) de ônibus elétricos do Brasil. Com investimento total previsto de R\$ 509 milhões, o projeto contempla a aquisição de 175 veículos, que começarão a integrar o Sistema RIO no segundo semestre de 2027, além da construção de uma garagem pública na Maré, com infraestrutura para recarga dos ônibus.

O investimento total estimado é de R\$ 509 milhões. Do

montante, R\$ 329 milhões serão financiados pelo BNDES, R\$ 141,2 milhões correspondem a investimentos da concessionária e R\$ 38,8 milhões serão desembolsados pelo município. Os recursos do banco serão destinados especificamente à compra dos ônibus elétricos à bateria.

"Esses 175 ônibus que vão eletrificar toda a frota que opera no Terminal Gentileza são mais um passo na transformação do transporte de ônibus da cidade. Haverá também mudança do combustível dos ônibus que circulam na cidade para biocombustíveis menos po-

luentes. Assim, vamos modernizar a frota, combinando eletrificação e biocombustíveis para ter um transporte público mais verde", declarou o prefeito Eduardo Cavaliere.

A iniciativa será implantada por meio de uma parceria público-privada (PPP) administrativa, com contrato de 16 anos, sendo um ano de implantação e 15 anos de operação. A concessionária ficará responsável pela aquisição parcial dos veículos, implantação da infraestrutura de recarga, obras da garagem, operação e manutenção dos ativos.

Para a diretora de Infraestrut

tura, Transição Energética e Mudança Climática do BNDES, Luciana Costa, o financiamento e a chegada dos ônibus elétricos representam o início de uma transformação no transporte público do Rio.

"Mais do que falar de recursos e de novos veículos, precisamos olhar para o que isso representa na vida das pessoas: menos emissão de poluentes, viagens mais silenciosas e confortáveis e uma mobilidade mais eficiente. Transporte público de qualidade significa qualidade de vida e mais oportunidades para estudar, trabalhar e prosperar". afirmou.

2012/2025

Em 13 anos, doença inflamatória intestinal cresce 5 vezes no Brasil

VITOR ABDALA/ABRASIL

O número de pessoas com doenças inflamatórias intestinais (DII) cresceu cinco vezes no Brasil, entre 2012 e 2025. A incidência dessas enfermidades - como a doença de Crohn e a retocolite ulcerativa - passou de 30 para 158 casos por 100 mil habitantes no período.

O dado é de um estudo apresentado no 74º Congresso Brasileiro de Coloproctologia, que ocorre em Balneário Camboriú (SC).

O levantamento foi feito por dois membros da Sociedade Brasileira de Coloproctologia (SBPCP): Abel Quaresma, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), e Paulo Kotze, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR).

Eles trabalharam em parceria com pesquisadores das universidades de Calgary (Canadá), de São Paulo (USP), estadual de Campinas (Unicamp), entre outras.

Com base em registros do Sistema Único de Saúde (SUS), os pesquisadores constataram ainda que o número de novos casos diagnosticados, por ano, aumentou de 9,35 para 12,34 no mesmo período.

ENTENDA

As doenças inflamatórias intestinais são enfermidades autoimunes, ou seja, elas aparecem quando o sistema imunológico começa a atacar as próprias células e tecidos da própria pessoa. Com isso, há um processo crônico de inflamação.

Segundo Abel Quaresma, tanto a doença de Crohn quanto a retocolite ulcerativa são multifatoriais, o que significa que não há apenas uma causa, mas sim várias.

Pesquisas anteriores identificaram que há um fator genético associado. No entanto, nem todos os pacientes acometidos por essas enfermidades possuem as variações genéticas que estudos associam ao desenvolvimento

das DII.

O fator ambiental, portanto, também tem relação com o desenvolvimento desses males.

"A gente não sabe o fator causal ainda. A gente sabe que são doenças multifatoriais. Tem a genética, a poluição, os hábitos alimentares. Nossa dieta mudou muito nos últimos anos."

O pesquisador destaca que alimentos ultraprocessados têm inúmeros aditivos que podem contribuir para essas doenças inflamatórias.

"Vinte anos atrás, você comprava um pão na padaria e, quatro ou cinco dias depois, ele mo-fava. Hoje em dia compra-se um pão de forma, ele fica três meses pronto para ser usado."

De acordo com ele, os conservantes, corantes, espessantes - substâncias que deixam o alimento mais barato, dão maior volume, cor, cheiro e conservam - induzem essas doenças.

A expectativa dos pesquisadores é que o surgimento

de novos casos chegue a 22,7 por 100 mil habitantes em 2035.

Caso isso se confirme, a previsão é que, em 2035, a quantidade de pessoas com essas doenças pode chegar a 264 por 100 mil habitantes em 2035, ou seja, 67% a mais do que o observado em 2025.

"São doenças que até por volta de 2015 eram consideradas doenças raras. E que estão tendo um boom em todo o mundo, inclusive no Brasil. A gente projeta que, a partir de 2040, vai se tornar problema de saúde pública, como é a pressão alta, o diabetes."

O especialista explica que essas doenças não têm cura, e o tratamento visa a controlar o processo inflamatório e os sintomas. O custo destes medicamentos chega a R\$ 500 mil por ano, por paciente.

"São pacientes que, muitas vezes, são diagnosticados ainda jovens e que precisarão de acompanhamento por décadas."

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

São Jerônimo

"Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo"

Celebramos na quarta-feira, dia 30 de setembro, a memória litúrgica de São Jerônimo. Este mês todo é dedicado a Bíblia, por justamente celebrarmos São Jerônimo no dia 30. Ele foi o responsável por traduzir a Bíblia do grego e hebraico para o latim. Ao longo desse mês iluminados pelo Espírito Santo e inspirados por São Jerônimo fomos convidados a meditar a Palavra de Deus, seja em comunidade, família ou sozinhos. Neste ano aprofundamos o conhecimento do livro de Daniel. Inspirados em São Jerônimo somos convidados a nutrir um amor pela Sagrada Escritura e temos que compreender que na Santa Missa nos alimentamos de duas grandes mesas: Palavra e Eucaristia. Temos que compreender aquilo que foi proclamado nas leituras para nos abrimos a Eucaristia. A palavra se faz carne e habita entre nós.

É claro, que temos que meditar a Palavra de Deus todos os dias do ano, participar da Santa Missa e compreender aquilo que o Senhor tem a nos falar. Mas, em especial nesse mês de setembro inspirados pelo exemplo de São Jerônimo. Como nos diz aquele cântico que entoamos ao longo desse mês, "toda Bíblia é comunicação", ou seja, através da Palavra Deus se comunica conosco e nos dá a direção certa para seguirmos. São Jerônimo foi presbítero e é doutor da Igreja, devido a sua grande relevância na história e por ter traduzido a Palavra de Deus. São Jerônimo era um exegeta, ou seja, dedicou a sua vida e o seu ministério ao estudo da Palavra de Deus, por isso ele é o patrono de todos os exegetas e estudiosos da Palavra. Ou seja, ele não só traduziu a Bíblia do grego e hebraico para o latim, mas estudou e comentou muito a Palavra. Com certeza, além de estudar ele meditava a Palavra de Deus, pois para meditá-la é preciso estudá-la, e entender o que está meditando.

Na verdade, todos nós podemos meditar e rezar com a Palavra, mas também temos que estudá-la para entender aquilo que a Palavra quer nos passar naquele texto. Não podemos fazer uma leitura fundamentalista, ou seja, ler a Palavra de Deus como se estivesse lendo um livro qualquer. É preciso fazer a lectio divina, ou seja, ler e reler o texto umas duas ou três vezes, frisar os versículos que mais chamaram a atenção e pedir a iluminação do Espírito Santo. Para estudar a Palavra podemos acompanhar os sacerdotes que se prepararam para isso, sempre acontece os cursos bíblicos em diversas paróquias da Arquidiocese e nos institutos de ensino. Seria bom se pudéssemos participar dos cursos bíblicos e buscar entender melhor aquilo que a Palavra quer nos dizer. Na Sagrada Escritura está contida toda a história da salvação, na verdade a intenção última de Deus é salvar todo o gênero humano. O católico precisa gostar e amar a Palavra. Precisamos todos os dias pegar a Sagrada Escritura, ler e meditar os textos apresentados para a liturgia daquela dia e procurar entender o que aquele texto quer dizer.

No mês de outubro que iremos iniciar celebraremos o mês missionário, toda a Igreja é convidada pegar a Bíblia, o terço, e ir de porta em porta anunciar a Palavra. A missão deve ser permanente, precisamos ser uma Igreja em saída, em estado permanente de missão. Que a Palavra de Deus tenha esse lugar de destaque nas nossas vidas.

São Jerônimo nasceu em Dalmácia, no ano de 342. Era conhecido como filósofo, teólogo, retórico, gramático, dialético, historiador, exegeta e doutor da Igreja. Mesmo com todos esses atributos São Jerônimo não se enviaidia, mas tinha uma vida simples e amava muito os seus semelhantes. São Jerônimo tinha uma célebre frase que dirigia aos seus fiéis e a que o escutava: "Ignorar as Escrituras é ignorar a Cristo". A Sagrada Escritura tem seu fundamento em Jesus Cristo, Ele é o verbo encarnado, e os profetas no Antigo Testamento previram a sua chegada.

Após a morte de seus pais e com posse da herança, Jerônimo partiu em busca de realizar o seu desejo de se aprofundar nos estudos. Jerônimo foi para Roma, cidade eterna e aproveitou para visitar as Catacumbas, onde contemplava as capelas e se esforçava para decifrar os escritos nos túmulos dos mártires. Durante a sua estadia em Roma, Jerônimo se converteu ao cristianismo, pois ainda não havia recebido o batismo. Ele certa noite teve um sonho, no qual era repreendido pelo próprio Jesus, pois estava faltando com a verdade, ele de fato ainda não tinha abraçado as Sagradas Escrituras, mas somente os escritos pagãos. Ao final de sua permanência em Roma, ele foi batizado.

Após a sua conversão iniciou os seus estudos teológicos e decidiu fazer uma peregrinação a Terra Santa. Jerônimo foi acometido por uma grave doença e teve que permanecer em Antioquia. Optando por uma vida de penitência, contemplação e quietude, Jerônimo decide ir para o deserto e se estabelece em Cálcida, com o intuito de optar por uma vida eremita, ou seja, uma vida de oração e contemplação, retirado do meio da cidade. Jerônimo ordenou-se sacerdote em 379 d.C., após isso acompanhou o Bispo Paulino à um concílio regional em Roma. Foi apresentado ao Papa Dâmaso como um exegeta e profundo conhecedor das linguagens bíblicas. O Papa o escolheu para ser seu secretário em 382 d.C., o Papa lhe deu a incumbência de revisar uma tradução dos quatro evangelhos em Latim. Ele concluiu esse trabalho antes da morte do Papa (384), ainda acrescentou uma versão dos salmos, traduzida do Grego.

Ele foi expulso de Roma em 385 após a morte do Papa e foi para Belém, na Terra Santa, onde teve contato com a versão hebraica da Sagrada Escritura que compunha o Antigo Testamento. Jerônimo se interessou pelo texto e começou a trabalhar em sua revisão. Ele começou a comparar os textos em Hebraico e os salmos que já havia traduzido do Grego e começou a traduzir esses textos para o latim.

Esse trabalho levou alguns anos, aproximadamente quinze, de 390 a 405, incluindo uma nova tradução dos salmos feita somente do texto em hebraico. A tradução dos textos bíblicos do hebraico para a língua latina ficou conhecido como "vulgata", ou seja, língua vulgar ou comum. A versão "vulgata" era a única versão oficial usada na Igreja até o ano de 1530, pois, a partir de então, começou a tradução para as línguas modernas, devido ao povo não falar o latim. Durante a tradução dos textos bíblicos, São Jerônimo encontrou passagens difíceis de serem compreendidas e traduzidas, por isso, após esse trabalho ele deixou escrito prefácios e comentários sobre textos da Sagrada Escritura.

Nota

ANVISA PROÍBE LOTES IRREGULARES DE MEDICAMENTO PARA ESCLEROSE MÚLTIPLA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a apreensão de dois lotes do medicamento Ocrevus (ocrelizumabe) 300 mg/10 ml. Os lotes são o H7953B14 e o H7953B06. A resolução foi publicada nesta sexta-feira no Diário Oficial da União. O Ocrevus teve o registro aprovado pela Anvisa em 2022 e é indicado para tratamento de pacientes com as formas recorrentes de esclerose múltipla e esclerose múltipla progressiva primária. Em nota, a Anvisa informou que os produtos foram distribuídos em julho pela Laf Med Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda. e que a empresa não está autorizada a atuar no mercado farmacêutico,

incluindo o ato de distribuir, comercializar ou importar medicamentos. A chamada Autorização de Funcionamento (AFE) da empresa, de acordo com a agência, está inativa desde outubro de 2025. "Apesar de os produtos terem sido regularmente fabricados pela empresa detentora do registro do medicamento, esses lotes eram destinados a outros países e não ao Brasil", informou a nota. "Dessa forma, não é possível garantir que tenham sido mantidas as condições sanitárias necessárias à conservação e à integridade do medicamento ao longo de toda a cadeia de distribuição até sua entrada no país, ocorrida de forma irregular", completou. Além da apreensão dos lotes, a medida proíbe o armazenamento, a venda, a distribuição, a exportação, a importação, a propaganda e o transporte do produto.

REAL TIME BIG DATA

Em Alagoas, Renan Filho tem 47% e JHC, 44%, mostra pesquisa

GABRIEL GONÇALVES/AE

O candidato ao governo de Alagoas Renan Filho (MDB) tem 47% das intenções de voto, ante 44% de João Henrique Caldas (PSDB), segundo pesquisa Real Time Big Data divulgada nesta sexta-feira. Os dois estão tecnicamente empatados, considerada a margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Lenilda Luna (UP) e Márcio Jambo (Democrata) não pontuam no cenário estimulado. Brancos e nulos somam 5%, enquanto 4% não souberam ou não responderam.

Quando são considerados apenas os votos válidos, são excluídos os votos brancos e nulos e os eleitores que não souberam ou não responderam. Nesse recorte, Renan Filho tem 52% e JHC, 48%.

Na pesquisa espontânea, quando os nomes dos candidatos não são apresentados aos entrevistados, Renan Filho aparece com 30% e JHC, com 28%, também em situação de empate técnico. Outros nomes somam 2%, brancos e nulos são 9% e 31% não souberam ou não responderam.

Em uma eventual disputa de segundo turno, Renan Filho registra 47% e JHC, 45%. Os dois permanecem tecnicamente empatados. Brancos e nulos são 5%, e 3% não souberam ou não responderam.

Nos votos válidos do segundo turno, Renan Filho aparece com 51% e JHC, com 49%.

Na rejeição múltipla, Renan Filho é citado por 41% dos entrevistados e JHC, por 36%. Lenilda Luna e Márcio Jambo têm 17% cada. Outros 2% disseram que poderiam votar em todos os candidatos, e 2% não souberam ou não responderam.

O atual governo de Paulo Dantas (MDB) é aprovado por 62% dos eleitores e desaprovado por 36%; 2% não souberam ou não responderam. Na avaliação por conceitos, 41% classificam a gestão como ótima ou boa, 28% como regular e 30% como ruim ou péssima.

TELEVISÃO

Eleição de 2026 deve ter menor número de debates em 28 anos

GABRIEL SERPA/AE

A eleição de 2026 deve ter o menor número de debates televisionados no primeiro turno, desde 1998, entre candidatos à Presidência. Até o momento, a única emissora de televisão que reuniu postulantes ao Palácio do Planalto foi a Band, em parceria com o Estadão.

Também é a primeira vez em 28 anos que os dois candidatos na liderança das pesquisas não comparecem a nenhum embate de candidatos à Presidência na televisão, a dez dias do pleito.

Com o cancelamento do encontro da Record, tudo indica que a corrida só tenha mais um compromisso com os presidenciais: o da Globo, marcado para quinta-feira, 1º de outubro, a três dias do primeiro turno. Antes do canal 7, o SBT também já havia cancelado o compromisso que anunciou para 14 de setembro.

A escassez de encontros se deve à escolha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do senador Flávio Bolsonaro (PL) de não comparecer aos

SENADO

Na disputa pelo Senado, considerando os dois votos dos eleitores consolidados e reduzidos para 100%, Marina JHC (PSDB) tem 23%, Renan (MDB), 22%, Arthur Lira (PP), 20%, e Davi Davino Filho (Republicanos), 17%. Dr. Wanderley (MDB) aparece com 6% e Alexandre Fleming (UP), com 1%. Brancos e nulos somam 5%, e 6% não souberam ou não responderam.

PRESIDÊNCIA

Na disputa presidencial em Alagoas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 51% das intenções de voto, ante 33% de Flávio Bolsonaro (PL). Augusto Cury (Avante) aparece com 4%, Renan Santos (Missão), com 3%, Ronaldo Caiado (PSD), com 2%, e Romeu Zema (Novo), com 1%. Outros candidatos somados registram 1%; brancos e nulos são 3%, e 2% não souberam ou não responderam.

Na espontânea, Lula é citado por 34% e Flávio por 18%. Cury e Renan Santos aparecem com 2% cada; Caiado e Pablo Marçal, com 1% cada. Outros nomes somam 2%, brancos e nulos são 7%, e 33% não souberam ou não responderam.

Em eventual segundo turno entre Lula e Flávio, o petista tem 53%, ante 38% do candidato do PL. Brancos e nulos somam 5%, e 4% não souberam ou não responderam. Entre os votos válidos, Lula registra 58% e Flávio, 42%.

Flávio lidera a rejeição múltipla, com 56%, seguido por Renan Santos, com 40%, e Lula, com 37%. Leonardo Avelanche (PRTB) aparece com 31%, Caiado com 28%, Cury com 27% e Zema com 24%.

O trabalho de Lula é aprovado por 58% dos eleitores de Alagoas e desaprovado por 39%; 3% não souberam ou não responderam. Na avaliação por conceitos, 41% classificam o governo como ótimo ou bom, 22% como regular e 36% como ruim ou péssimo.

debates. Desde o início da campanha, Lula indicou que se ausentaria dos confrontos marcados para antes do segundo turno. Na sequência, o filho mais velho de Jair Bolsonaro condicionou sua presença à ida do presidente da República.

O cenário pode igualar o número de encontros de 2006 e coloca as eleições deste ano atrás da disputa de quatro anos atrás, quando houve três debates de presidenciais no primeiro turno. Na última corrida ao Planalto, assim como o ex-presidente Bolsonaro, Lula compareceu apenas aos debates da Band e da Globo - o primeiro e o último, respectivamente.

Há 20 anos, quando buscava a reeleição, o petista adotou a mesma estratégia de agora, de não ir aos debates, e levou a TV Gazeta a cancelar o confronto de presidenciais que realizaria. Geraldo Alckmin (à época no PSDB), criticou a postura de Lula nos debates da Band e da Globo, ao lado de Heloisa Helena (à época no PSOL) e Cristovam Buarque (à época no PDT).

TST

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Os trabalhadores dos Correios encerraram a greve após 15 dias de paralisação e retornaram às atividades às 22h de quinta-feira, informou o Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e Zona Postal de Sorocaba (Sintect-SP).

O retorno ocorreu conforme determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou a greve não abusiva e determinou a compensação dos dias parados, informou o sindicato. No julgamento do

dissídio, o TST definiu reajuste salarial de 4,09% e a manutenção de 73 cláusulas do Acordo Coletivo.

"Como o acórdão ainda não foi publicado, o Sintect-SP aguarda o documento para apresentar à categoria o conteúdo completo da decisão", disse a associação após assembleia realizada na noite de quinta-feira passada.

Sem informar qual foi a decisão, o sindicato disse que o plano de saúde, um dos principais pontos da Campanha Salarial 2026/2027, também foi tratado no julgamento.

A paralisação ocorreu em um cenário financeiro delicado para

a estatal. Os Correios registraram prejuízo líquido de R\$ 5,55 bilhões no primeiro semestre de 2026, alta de 30,36% ante o resultado negativo de R\$ 4,26 bilhões de igual período de 2025.

No segundo trimestre, o prejuízo líquido foi de R\$ 2,39 bilhões, queda de 5,5% em relação ao prejuízo de R\$ 2,53 bilhões registrado no mesmo período de 2025. Na comparação com o primeiro trimestre de 2026, quando o prejuízo foi de R\$ 3,16 bilhões, houve redução de 24,4%.

Para conter o impacto das paralisações nas entregas e no atendimento aos clientes, os Correios haviam ativado um

Plano de Continuidade de Negócios, que prevê o remanejamento de pessoal e o reforço das atividades operacionais.

A assembleia de quinta-feira, foi conduzida pelo vice-presidente do Sintect-SP, Rogério Bueno, e pelo secretário-geral, Ricardo Adriane (NegoPeixe).

Rogério agradeceu aos trabalhadores que participaram da greve. "A categoria mostrou disposição para defender seus direitos e esteve presente quando foi chamada. Encerramos a greve por decisão da assembleia e seguimos organizados para acompanhar o cumprimento do que foi definido no TST", afirmou.

RELAÇÃO COM VORCARO

Conselho superior do MPF arquiva investigação contra Paulo Gonet

GABRIEL MÁXIMO/AE

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) decidiu nesta sexta-feira, por 5 votos a 4, rejeitar o pedido de abertura de uma investigação contra o procurador-geral da República, Paulo Gonet (**foto**), por sua suposta relação com Daniel Vercaro, ex-dono do Banco Master.

Dados obtidos pela Polícia Federal mostram uma foto em que Gonet aparece empunhando um charuto na mesma mesa que o banqueiro, além de mensagens em que o PGR diz estar com "saudades" e chama o ex-dono do Master de "máquina".

A maioria dos conselheiros acompanhou o entendimento do relator, Francisco Severino, que disse não identificar elementos suficientes para apurar a conduta do procurador-geral. Votaram neste sentido, Celso de Albuquerque, Alexandre Cama-



ABRASIL

nho, Hindemburgo Chateaubriand e Nicolao Dino. Já os subprocuradores Janice Ascari, Samantha Chantal, José Adônis

e Ana Borges Santos defenderam a abertura da investigação.

Apesar do placar apertado em relação à apuração contra

Gonet, o CSMPF foi unânime, com 9 votos, para mantê-lo na condução dos processos relacionados ao Master.

PADROEIRA DO BRASIL

Alckmin defende tradições católicas após notícia de Flávio sobre ‘N.S. Aparecida’

VICTOR OHANA/AE

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, afirmou que "as tradições religiosas estarão protegidas" e defendeu as tradições católicas em um vídeo publicado na rede social X, nesta sexta-feira. Na gravação, Alckmin diz ter recebido mensagens

de "católicos preocupados".

Alckmin faz referência, sem mencioná-la diretamente, notícia que circula na internet desde a quinta-feira passada, segundo os quais o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, retiraria de Nossa Senhora Aparecida a condição de padroeira do Brasil.

"Enquanto o presidente Lula

e eu estivermos governando este País, as tradições religiosas, tão sagradas para as famílias brasileiras, estarão protegidas e preservadas", disse. Alckmin acrescentou: "Defendemos que o Brasil é um País que tem respeito por todas as religiões e capaz de conservar pacificamente as tradições católicas".

Em sua rede social, Flávio negou a intenção de adotar a medida relacionada à Nossa Senhora Aparecida. A história é falsa. O projeto em questão foi apresentado pelo então deputado federal mato-grossense Victório Galli (filiado à época ao MDB) em dezembro de 2007. A proposta foi arquivada em 2008.

INVESTIGAÇÕES

Fachin pede parecer da PGR sobre rumos das ações sobre Master e INSS

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, deu prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre pedidos pendentes em duas investigações - a fraude do Banco Master e os desvios do INSS. Há duas semanas, Fachin determinou a remessa dos dois inquéritos para a presidência da Corte. Os dois casos, porém, continuam oficialmente sob a relatoria de André Mendonça.

O parecer da PGR será encaminhado a Fachin, e a tendência é que ele decida sobre as questões pendentes, por serem con-

sideradas urgentes. Em seguida, o presidente do tribunal deverá apontar se ele mesmo definirá os próximos passos das investigações, ou se devolverá os autos dos processos ao gabinete de Mendonça.

Além do dono do Master, também pediram a revogação da prisão Henrique Vercaro, Felipe Vercaro, Rodrigo Franco, Marilson Roseno da Silva, Fabiano Zettel, Daniel Monteiro e Sebastião Monteiro Junior. Enquanto isso, a Polícia Federal solicitou a prorrogação das investigações. As solicitações foram feitas depois que o caso foi levado à presidência do Supremo.



NELSON JR/STF

40 GRAUS

Inmet emite alerta de grande perigo por onda de calor

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu um alerta vermelho, que caracteriza grande perigo, para uma onda de calor que deve se estabelecer no país a partir deste sábado. A previsão é que, até a próxima quarta-feira, oito estados possam registrar mais de 40 graus Celsius (°C).

O instituto explica que uma onda de calor é a persistência, no mínimo por cinco dias consecutivos, de termômetros ao menos 5°C acima da média histórica das temperaturas máximas em um período.

Isso significa que, se uma região registra até 30°C historicamente nesta época, é considerada onda de calor a repetição de 35°C por ao menos cinco dias. Mas, se uma região já costuma registrar máximas de 38°C, não

há alerta de onda de calor mesmo se as temperaturas chegarem a 40°C. Mesmo assim, as altas temperaturas exigem cuidados da população e das autoridades.

Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná estão abrangidos pelo alerta em toda a sua extensão. Já Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso devem registrar o fenômeno na porção mais ao sul de seus territórios, incluindo Cuiabá e a capital fluminense.

Mesmo que os critérios técnicos para definir uma onda de calor não sejam atingidos em unidades da Federação como Tocantins, Distrito Federal, Bahia e Espírito Santo, o Inmet alerta que também haverá altas temperaturas.

40 GRAUS

A partir deste fim de semana,

os termômetros podem marcar mais de 40°C, o que já ocorre desde quinta-feira em 16 localidades monitoradas pelo Inmet no Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso.

No sábado, essa marca deve ser atingida principalmente em áreas do Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com destaque para Corumbá (MS), Porto Murtinho (MS) e Poconé (MT).

No domingo, mais áreas estarão sob esse calor intenso, que alcançará Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, além do noroeste de São Paulo, Triângulo Mineiro, sul do Tocantins e Piauí.

O fenômeno continuará a ganhar força na segunda-feira (28), e as localidades com possibilidade de superar 40°C incluem Cuiabá (MT), Rondonó-

polis (MT), Corumbá (MS), Porto Murtinho (MS), Três Lagoas (MS), Água Boa (MT), Barra do Garças (MT), Goiás (GO), Quirinópolis (GO), Ituiutaba (MG), Jales (SP), Gurupi (TO) e Araguaçu (TO).

Segundo o Inmet, na terça-feira, o núcleo das maiores temperaturas permanece sobre Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Triângulo Mineiro, com possibilidade de valores superiores a 40°C em diversas localidades.

Na quarta, uma frente fria deve chegar ao Sul do país, reduzindo as temperaturas na região e em Mato Grosso do Sul. O calor deve se concentrar em áreas de Mato Grosso, Pará, Goiás, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Piauí.

SALVADOR

Aos 103 anos, PM aposentado é condenado por matar homem

ADRIANA VICTORINO/AE

Um policial militar aposentado de 103 anos foi condenado na quinta-feira passada, pela morte de um homem a tiros durante uma discussão de casal em Salvador, na Bahia. O crime ocorreu em agosto de 2021, no bairro Dois de Julho.

Emiliano Melo dos Santos, que tinha 98 anos na época do crime, foi condenado a 4 anos, 10 meses e 19 dias de prisão, em regime semiaberto. Ele cumprirá a sentença em prisão domiciliar humanitária, devido à idade avançada e ao estado crítico de saúde.

Em julho de 2023, a Justiça determinou que Santos fosse levado a julgamento pelo Tribunal do Júri, mas uma nova decisão absolveu o réu em novembro do mesmo ano. O Ministério Público recorreu, e a 2ª Turma da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) reformou a decisão, determinando que o acusado fosse novamente submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Segundo a denúncia do Ministério Público da Bahia (MPBA), Welton Lopes Costa e sua companheira, Jeniffer

Carvalho dos Santos, voltavam para casa no dia 22 de agosto de 2021, por volta das 16h, quando tiveram um breve desentendimento.

O policial aposentado, que caminhava atrás do casal, perguntou à mulher se algo estava acontecendo. Mesmo após ela responder que não, ele efetuou disparos de arma de fogo, atingindo inicialmente Jeniffer. Costa se virou em direção ao policial e também foi atingido pelos tiros, que causaram sua morte.

Ao longo da sessão, presidida pelo juiz Vilebaldo José de Freitas Pereira, foram ouvidas oito testemunhas, sendo cinco de defesa e três de acusação. O PM aposentado foi interrogado antes dos debates entre os representantes do Ministério Público e da defesa.

A Justiça acolheu a tese do Ministério Público de que o réu cometeu homicídio qualificado mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima e rejeitou a alegação de legítima defesa apresentada pelos advogados de Santos. Em relação ao crime de lesão corporal contra a mulher, o júri considerou que houve prescrição.

PARANÁ

TRE proíbe Dallagnol de usar redes sociais para propaganda

JOSE CRUZ/ABRASIL



O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE -PR) determinou na quinta-feira, que Deltan Dallagnol (NOVO) (foto) desative seu perfil no Instagram ou apague toda a propaganda eleitoral em até um dia. O político contestou a decisão na própria rede.

A decisão tem como base uma denúncia por propaganda eleitoral irregular feita pelo aplicativo Pardal. A juíza do caso, Cláudia Cristina Cristofani, entendeu que o perfil estava ativo e veiculando conteúdos eleitorais, ferindo, assim, determinação anterior do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que suspendeu, na última segunda-feira, 21, atos de campanha, em qualquer meio, de Dallagnol.

O político se manifestou no próprio perfil do Instagram. Em sua foto de perfil, aparece com uma faixa na região da boca com a palavra "censurado".

Em vídeo, também publicado no Instagram, o candidato contesta a decisão.

"Esse aqui pode ser meu último vídeo no Instagram. A justiça está falando em derrubar a minha rede social. Eu sou o único candidato da história do Brasil que está proibido de fazer campanha [...] Eu sou candidato, meu número está na urna, estou com o registro autorizado pela Justiça Eleitoral, registro de candidatura deferido, as pessoas podem votar e pedir voto pra mim, mas eu não posso falar", declara.

Ele ainda afirma que vai lu-

tar pela sua candidatura e para se eleger ao cargo.

Dallagnol se lançou candidato ao Senado Federal pelo Estado do Paraná, entretanto, sua campanha e candidatura ainda estão sob avaliação da Justiça Eleitoral.

ENTENDA O CASO

O TSE suspendeu sua campanha no último dia 21 após pedido apresentado pela Coligação Paraná Para Todos e pela Federação Brasil da Esperança, que reúne PT e PDT. A decisão tem como base um julgamento de Dallagnol de 2023.

Naquele ano, Dallagnol, então deputado federal, teve seu mandato cassado e ficou inelegível depois que o TSE reconheceu que houve fraude à Lei da Ficha Limpa no seu pedido de exoneração do cargo de procurador da República, em novembro de 2021. Na época, o ex-deputado era investigado por procedimentos disciplinares internos no Ministério Público Federal.

Apesar dessa decisão, o TRE-PR liberou sua candidatura para o pleito desse ano, no início de setembro, por entender que o caso de inelegibilidade não vale mais, já que os procedimentos disciplinares não se transformaram em processos administrativos disciplinares formais.

Após a suspensão da campanha pelo TSE, o TRE-PR deferiu novamente seu registro de candidatura, mas a decisão ainda será avaliada definitivamente pelo TSE.

SORTEIO

Zanin manda investigar uso de IA para burlar sistema do STF

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou nesta sexta-feira a abertura de investigação para apurar o uso de inteligência artificial (IA) para direcionar o sistema eletrônico da Corte.

A medida foi tomada após o Supremo identificar o uso de *prompt* de comando para forçar o sistema eletrônico a aceitar automaticamente um recurso protocolado na Corte.

O caso trata da aplicação de cotas raciais para ingresso no Ministério Público de Minas Ge-

rais (MPMG). A tentativa de fraude foi detectada por uma ferramenta de IA desenvolvida pelo setor de tecnologia da informação do tribunal para identificar interferências maliciosas.

Além de solicitar ao Ministério Público Federal (MPF) a abertura da investigação, Zanin

determinou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seja comunicada do fato para avaliar a adoção de medidas disciplinares contra o advogado da causa.

O ministro também multou o defensor em dois salários pela violação do dever de lealdade processual.

INTERNET

Meta desabilitou anúncios do perfil de Lula no Facebook

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A empresa Meta - dona do Facebook, WhatsApp e Instagram - desabilitou os anúncios do perfil do candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Facebook a 10 dias do 1º turno da eleição.

A direção da campanha entrou com recurso contra a Meta, alegando que o bloqueio não foi

justificado. A conta de anúncios de Lula no Facebook foi normalizada no mesmo dia e a campanha do presidencial aguarda manifestação da big tech para entender o que ocorreu.

A Meta ainda não explicou o motivo do bloqueio temporário. O incidente reforçou o discurso de aliados de Lula de que as empresas sediadas nos Estados Unidos (EUA) trabalham a favor

dos adversários políticos do PT.

Logo após Trump assumir o controle da Casa Branca pela segunda vez, em janeiro de 2025, o dono da Meta, o empresário Mark Zuckerberg, foi às redes sociais anunciar o alinhamento da companhia com o novo governo em Washington. "Vamos trabalhar com o presidente Trump para pressionar os governos ao redor do mundo que estão perse-

guindo empresas americanas", afirmou Mark Zuckerberg.

A regulação das big techs no Brasil é defendida pelo atual governo brasileiro, gerando tensões com as gigantes da tecnologia e com o governo de Donald Trump, que tem criticado países ou governos que buscam regular as plataformas digitais e criar regras para evitar a prática de crimes no ambiente digital.

90 DIAS

Mendonça volta a suspender multas sobre saúde mental no trabalho

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a suspender por mais 90 dias a aplicação de multas e outras punições previstas na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata da segurança dos trabalhadores formais, sobretudo em relação à saúde mental.

O ministro decidiu dar mais tempo para que as empresas e o governo busquem conciliação

sobre o tema.

Mendonça já havia suspenso a aplicação de multas em junho, após a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), entidade que reúne sindicatos patronais, questionar a validade da norma.

Na ocasião, Mendonça entendeu que a NR-1 criou "conceitos abertos e subjetivos" sobre as condutas que podem le-

var à punição das empresas. O ministro citou ainda que a "falta de clareza" pode ofender diversos princípios constitucionais.

A NR-1 entrou em vigor em 26 de maio deste ano para, entre outros pontos, obrigar as empresas a identificar "fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho", como sobrecarga e situações de assédio. A norma determina ainda que sejam ado-

tadas medidas de controle.

Em relação às multas, não há um valor específico para o descumprimento das normas relacionadas à saúde mental e aos fatores de risco psicossociais.

A penalidade integra a lista geral de multas do Ministério do Trabalho, com valores definidos de acordo com o tamanho da empresa, a gravidade da situação e o número de empregados.

graves, além da suspensão do direito de voar por até 12 meses para condutas classificadas como gravíssimas. A Azul enquadrou o ato de indisciplina como gravíssimo e comunicou à Anac e às demais empresas aéreas do País a inclusão do nome do homem na lista de passageiros com direito de voar suspenso. A regulamentação fixa uma graduação de sanções que começa com orientação formal e advertência em episódios leves. Para condutas graves, que incluem agressões em solo, falso alarme sobre armas ou explosivos, é estabelecida uma multa. Já nos casos gravíssimos, como agressão a tripulantes, tentativa de invasão da cabine de comando e manuseio não autorizado de explosivos, a norma determina o cancelamento do bilhete, a proibição de embarque em voos domésticos e o reembolso das passagens futuras.

Nota

PUNIÇÃO INÉDITA: HOMEM É PROIBIDO DE VOAR POR 6 MESES APÓS EXPOR ÓRGÃO SEXUAL EM AVIÃO

Um passageiro teve o direito de voar suspenso por seis meses depois de expor a genitália e urinar em área comum durante um voo entre Belém, no Pará, e Campinas, em São Paulo. De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), além da suspensão, o passageiro foi multado em R\$ 17,5 mil. O caso foi registrado em um voo da Azul, no dia 18 de setembro. É o primeiro caso de punição por ato gravíssimo de indisciplina desde a entrada em vigor da resolução da Anac que pune passageiros indisciplinados, editada em 14 de setembro. A agência não divulgou o nome do infrator. A norma prevê a aplicação de multa administrativa para infrações

IMPRENSA

Justiça impede Trump de banir CNN e mais 2 veículos da Casa Branca

Jornalistas da CNN, da MS NOW e do Politico voltaram à Casa Branca após um juiz federal determinar que o governo de Donald Trump restabelecesse temporariamente as credenciais dos três veículos.

A restrição começou em 18 de setembro, quando Trump anunciou que os três veículos perderiam o acesso à Casa Branca. No dia seguinte, jornalistas das empresas foram impedidos de entrar no prédio.

Os veículos recorreram à Justiça e, na quinta-feira, passada, conseguiram uma ordem temporária para retomar a cobertura presencial.

A decisão, porém, não encerra a disputa judicial sobre o acesso da imprensa à sede do governo norte-americano.

A ordem é válida por 14 dias, enquanto a Justiça analisa se o acesso deverá ser mantido durante o restante do processo. As informações sobre os próximos passos foram divulgadas pela CNN norte-americana.

O juiz Timothy Kelly estabeleceu prazo até segunda-feira, 28, para que os veículos apresentem um pedido de medida judicial mais duradoura.

O governo Trump terá até sexta-feira, 2 de outubro, para responder, e CNN, MS NOW e Politico poderão apresentar uma manifestação final até segunda-feira, 5. A ordem atual expira em 8 de outubro.

A partir dessas manifestações, caberá ao magistrado decidir se concede uma liminar que mantenha as credenciais dos jornalistas enquanto o processo continua. Nomeado por Trump durante seu primeiro mandato, Kelly afirmou que pretende analisar o caso de forma rápida.

Trump havia justificado inicialmente a retirada das credenciais com críticas à cobertura dos três veículos, que classificou como negativa e imprecisa. Posteriormente, o governo passou a argumentar que a presença dos jornalistas poderia representar riscos à segurança nacional.

Na decisão que determinou a retomada do acesso, o magistrado afirmou que, com as informações apresentadas até aquele momento, não havia elementos suficientes para sustentar o argumento de segurança nacional. Também destacou que Trump havia apresentado inicialmente a qualidade da cobertura jornalística como justificativa para o bloqueio.

Segundo a decisão, as reportagens citadas pelo governo para justificar a medida, incluindo textos sobre o projeto do salão de festas da Ala Leste da Casa Branca e sobre a guerra no Irã, eram matérias jornalísticas rotineiras e não indicavam uma situação que justificasse a retirada das credenciais.

O Departamento de Justiça também pretende contestar um precedente de quase 50 anos sobre o acesso da imprensa à Casa Branca. Em documentos apresentados à Justiça, o governo argumentou que uma decisão de 1977, que estabelece a necessidade de devido processo antes da retirada de credenciais de jornalistas, deveria ser revogada.

A disputa ainda pode avançar para a Corte de Apelações do Circuito de Washington e, posteriormente, para a Suprema Corte, caso haja recursos. Trump já sinalizou que pretende recorrer de decisões desfavoráveis ao governo.

Por enquanto, os três veículos podem continuar cobrindo a Casa Branca. A decisão, no entanto, é temporária e não define como será o acesso dos jornalistas a todas as atividades presidenciais nem resolve a situação do chamado White House press pool, grupo de veículos que se reveza na cobertura de eventos do presidente.

Assim, o principal prazo agora é 8 de outubro, quando termina a ordem temporária. Até lá, a Justiça deverá analisar o pedido dos veículos e decidir se as credenciais serão mantidas enquanto o processo sobre o bloqueio continua.

EUA

Democratas acusam Trump de interferir na eleição brasileira

ADRIANA VICTORINO/AE

Um grupo de 31 parlamentares democratas do Congresso dos Estados Unidos enviou uma carta ao secretário de Estado, Marco Rubio, acusando o governo do presidente Donald Trump de tentar interferir nas eleições presidenciais do Brasil, marcadas para outubro.

No documento, os congressistas afirmam que medidas adotadas pela administração norte-americana buscam favorecer a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL). As informações são do jornal britânico The Guardian.

A carta, assinada por 30 integrantes da Câmara dos Deputados e pelo senador Bernie Sanders, aponta uma série de ações do governo norte-americano que, segundo os parlamentares, representam uma "campanha contínua e multifacetada de in-

terferência e desestabilização no Brasil."

Os congressistas afirmam que a atuação de Washington pode comprometer a confiança no processo eleitoral brasileiro e prejudicar as relações entre os dois países. O primeiro turno da eleição presidencial no Brasil está marcado para 4 de outubro, com pesquisas indicando um empate técnico entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL).

No documento, os parlamentares citam as tarifas impostas por Trump ao Brasil no ano passado, quando o presidente norte-americano vinculou a medida ao julgamento de Jair Bolsonaro por sua tentativa de golpe de Estado após a derrota para Lula nas eleições de 2022.

Como mostrou o Estadão, o republicano exigiu do governo Lula, durante negociações diplomáticas sigilosas após o tari-

SALA DE AULAS

Itália limita em 30% número de alunos sem fluência e veta véus

O governo da primeira-ministra Giorgia Meloni aprovou na quinta-feira, um decreto que limita a presença de alunos estrangeiros com pouca proficiência em italiano nas salas de aula e proíbe o uso de véus islâmicos que cobrem o rosto em escolas do país.

Pela proposta, estudantes que não dominam o idioma poderão representar, no máximo, 30% dos alunos de cada turma. A medida não se aplica a crianças nascidas na Itália,

que frequentaram a pré-escola italiana ou já estão integradas ao sistema educacional do país.

O decreto também veta o uso de burcas e niqabs nas escolas, mas mantém a permissão para o hijab. A restrição é mais limitada do que a adotada em países como a França, que proíbe véus integrais em espaços públicos desde 2011.

O governo afirma que as medidas buscam fortalecer a integração por meio do aprendizado

na língua e evitar a formação de turmas com alta concentração de estudantes recém-chegados. O ministro da Educação, Giuseppe Valditara, disse que cerca de mil salas de aula - aproximadamente 0,3% do total do país - seriam afetadas.

Críticos, entre eles sindicatos, diretores e partidos de oposição, questionam a viabilidade da proposta em regiões com grande presença de imigrantes e afirmam que os recursos anunciados, de 14 milhões de

euros, são insuficientes para ampliar o apoio linguístico e contratar profissionais especializados.

O decreto entrou em vigor imediatamente, mas precisa ser aprovado pelo Parlamento em até 60 dias. A coalizão de Meloni tem maioria nas duas Casas. Segundo dados do Ministério da Educação italiano, alunos sem cidadania italiana representavam 11,2% da população escolar do país no ano letivo de 2022-2023.

Os parlamentares questionaram se o governo Trump se comprometerá a respeitar o processo eleitoral brasileiro e solicitaram uma resposta do secretário de Estado até 1º de outubro.

RÚSSIA

Eleição parlamentar dá recorde ao partido governista de Putin

As autoridades russas divulgaram nesta sexta-feira os resultados completos da primeira eleição parlamentar do país em tempos de guerra, que reforçou o controle político do Kremlin. Segundo a Comissão Eleitoral Central, o partido governista Rússia Unida ficará com 349 das 450 cadeiras da Duma, a câmara baixa, um recorde, após uma votação rigidamente controlada e com praticamente nenhuma oposição efetiva.

Quase 60% dos 111 milhões de eleitores aptos participaram do pleito, realizado ao longo de três dias e encerrado no domingo passado, o maior nível de comparecimento já registrado em uma eleição parlamentar. Para elevar a participação, as autoridades diluíram a votação em três dias e autorizaram voto online em algumas regiões.

Foi a primeira eleição parlamentar desde que o presidente Vladimir Putin lançou, em 2022, a invasão em grande escala da Ucrânia, e a primeira a incluir eleitores de quatro regiões ucranianas ocupadas e anexadas ilegalmente por Moscou naquele ano. A votação também ocorreu na Crimeia, anexada ilegalmente pela Rússia em 2014. Kiev classificou o pleito nessas áreas como ilegal.

mo ilegal.

Putin declarou na quarta-feira que o resultado representou uma demonstração de apoio popular às políticas do Kremlin.

A presidente da Comissão Eleitoral Central, Ella Pamfilova, afirmou que o Rússia Unida obteve 58% dos votos na parte proporcional (225 assentos distribuídos por partidos) e venceu 209 disputas em distritos de cadeira única, que completam a composição da câmara.

Partidos menores da chamada "oposição sistêmica", que tende a votar em linha com o Kremlin nos principais temas, ficaram com 97 cadeiras. As quatro restantes foram preenchidas por candidatos sem filiação partidária, segundo Pamfilova.

O Rússia Unida e outras legendas disseram ter incluído dezenas de veteranos da guerra na Ucrânia em suas listas. "A experiência de nossos heróis é requisitada (...). Os resultados confirmaram isso claramente", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov.

O partido liberal Yabloko, a única sigla registrada que criticou publicamente a guerra, foi retirado da disputa no mês passado por decisão da Suprema Corte russa.

2024

Morre homem que foi baleado durante comício da campanha de Trump

James Copenhaver, um dos três participantes de um comício eleitoral baleados em 2024 durante uma tentativa de assassinato contra o então candidato Donald Trump, faleceu em Pittsburgh, nos Estados Unidos, informou na quinta-feira, o advogado dele. Copenhaver tinha 76 anos.

Copenhaver estava nas arquibancadas do evento em Butler, na Pensilvânia, quando um atirador de 20 anos abriu fogo de um telhado próximo, atingindo de raspão a orelha direita de Trump com uma bala. Copenhaver foi atingido no braço e no abdômen, ferimentos que lhe causaram sequelas e o obrigaram a andar com uma bengala.

Outros dois participantes também foram baleados - David

Dutch, que sobreviveu, e Corey Comperatore, que protegeu sua família dos tiros e foi morto.

Copenhaver faleceu na quarta-feira, no West Penn Hospital, da Allegheny Health Network, em Pittsburgh, de acordo com um comunicado do médico legista do condado de Allegheny citado pela mídia local.

O advogado de Copenhaver, Joseph Feldman, disse em um comunicado divulgado em nome da família que ele faleceu cercado por seus entes queridos. O comunicado não especificou se sua morte estava diretamente relacionada aos ferimentos que sofreu no comício.

Copenhaver e sua esposa, Marianne Copenhaver, entraram com uma ação contra o governo federal em junho, alegando que o Serviço Secreto e o De-

partamento de Segurança Interna haviam "falhado completamente" em garantir a segurança adequada no comício.

Os ferimentos de Copenhaver exigiram várias cirurgias, incluindo uma transecção do cólon, e ele sofreu danos renais e outros danos persistentes, incluindo perda de sensibilidade na perna. A ação judicial descreveu os ferimentos como "debilitantes, graves, permanentes e que alteraram sua vida".

O comunicado da família divulgado nesta quinta descreveu Copenhaver, acima de tudo, como um marido, pai e avô dedicado, que incutiu em seus filhos os valores do trabalho árduo, da integridade e do serviço ao próximo.

"A dedicação de James a este grande país foi uma parte de-

terminante de sua vida", diz o comunicado. "Como veterano, ele serviu com orgulho à nossa nação nas Forças Armadas, e seu amor pelo país nunca vacilou. James era um verdadeiro patriota americano que acreditava profundamente nas liberdades e nos ideais sobre os quais esta nação foi fundada, e ele encarnava as melhores qualidades de nossa grande nação."

Em uma declaração publicada nas redes sociais nesta quinta, Trump chamou Copenhaver de "um verdadeiro patriota americano". "Jim demonstrou uma coragem extraordinária, continuando a LUTAR, LUTAR, LUTAR com determinação e mantendo um espírito positivo, apesar das dificuldades inimagináveis", escreveu Trump.

ção chinesa produziram "avanços tremendos" e resultados positivos para os dois países. "Foi muito, muito produtivo", declarou.

O republicano acrescentou que continuará falando "muito" com Xi.

Trump também disse que os agricultores americanos "ficarão muito felizes" com os resultados das conversas, sem detalhar medidas, e afirmou que "muitas coisas muito positivas aconteceram".

Casa Branca.

"Nos meses restantes deste ano, haverá mais duas oportunidades para nos encontrarmos", disse Xi.

A primeira será durante a reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec, na sigla em inglês), prevista para meados de novembro, em Shenzhen, na China, e a segunda na cúpula do G20, marcada para meados de dezembro, em Miami, nos Estados Unidos.

Xi também convidou Trump e a primeira-dama, Melania Trump, para visitarem a China e disse enxergar "um futuro mais brilhante" para a relação bilateral.

O líder chinês afirmou ainda que os dois lados concordaram em dar "novo conteúdo" às relações e defendeu uma parceria baseada em "estabilidade estratégica, respeito, equidade e reciprocidade".

Trump, por sua vez, avaliou que os encontros com a delega-